



JORNAL DA

REAL GRANDEZA

Fundação de Previdência e Assistência Social

ANO XVIII, Nº 89 - ABRIL DE 2009

www.frg.com.br

Políticas de Investimentos mantêm perfil conservador

Páginas 4 e 5

- **Taxas de administração e de risco do Plano CD são reduzidas**

Página 3

- **Rentabilidade do trimestre supera metas atuariais**

Página 5

Sinais de recuperação

A Real Grandeza não busca rentabilidade máxima a qualquer preço. Não somos um investidor qualquer. Temos visão de longo prazo compatível com a extensão de nosso fluxo de obrigações; nosso negócio é renda de sobrevivência. Portanto, não podemos ter risco de descontinuidade em nossos recebimentos. Atravessamos períodos de incertezas no passado que nos ensinaram lições e nos conscientizaram do valor da segurança, em detrimento de qualquer outro, nas nossas decisões de investimentos.

Nos três últimos exercícios, com base nesta nova filosofia implantada por esta gestão – Conselhos e Diretoria – o desempenho das nossas carteiras vem superando os objetivos traçados. O teste de “stress” tem sido a grave crise financeira que assola o mundo. Mesmo neste evento de grande depressão dos mercados, mantivemos uma rentabilidade acima da média do setor e com menor risco. Em 2008 a rentabilidade global da FRG, de 2,39%, superou em 4% a média de rentabilidade dos fundos brasileiros (1,6% negativa, segundo a ABRAPP). Assim, repetimos na crise a performance que vínhamos apresentando nos períodos de alta dos mercados – ficando sempre no quartil superior de rentabilidade, apesar da política conservadora implantada.

A crise teve seu lado de oportunidade para a FRG, quando pudemos aproveitar a alta dos juros nos meses de setembro e outubro de 2008 para alongar mais nossa carteira de títulos públicos federais. Com esta estratégia, a partir da queda dos juros, no período de novembro de 2008 a março de 2009, conseguimos voltar a bater com folga nossas metas, conforme matéria publicada na página 5 desta edição.

As decisões tomadas em meio à crise, portanto, garantiram à Real Grandeza apresentar sinais de recuperação já neste primeiro trimestre. Entre janeiro e março deste ano, a rentabilidade global das carteiras dos Planos BD, CD e Fundos Assistenciais (Plames) atingiu 4,17%, superando as metas atuariais para o período. No Plano BD, a rentabilidade foi de 4,2%, para meta atuarial de 2,6%. No plano CD, a rentabilidade foi de 4,8%, ante a meta de 0,5%.

Fiz uma consulta no site da Receita Federal e verifiquei a possibilidade de restituição do IOF caso a FRG tenha feito o recolhimento a maior que o devido no empréstimo pessoal, conforme matéria veiculada na edição de número 85 deste jornal. Peço que a FRG verifique a possibilidade de restituição do imposto pago a maior, pois esta empresa deve priorizar a diminuição dos encargos financeiros de seus clientes (funcionários, assistidos e pensionistas).

José Roberto Mendes

Seu pleito está lastreado em parte da minha entrevista que saiu no Jornal da Real Grandeza nº 85, quando me referi ao “... tratamento equivocado que vinha sendo dado aos empréstimos...”. Este equívoco não foi da Real Grandeza e sim da Receita Federal, que ao responder a consulta fiscal formulada pela nossa entidade determinou na sua solução de consulta que o cálculo fosse realizado pelos saldos devedores diários.

Como a solução de consulta é vinculante para quem a formula, e a Real Grandeza atuando como responsável tributário no cálculo e recolhimento do IOF sobre as operações de empréstimos, as retenções e recolhimentos foram feitos nos moldes determinados. Como a Real Grandeza não tem legitimidade para requerer a devolução de eventual recolhimento feito a maior, essa solicitação deve ser feita diretamente à Receita Federal pelo contribuinte que se sentir prejudicado.

Essa busca em priorizar a diminuição dos encargos financeiros de nossos filiados (funcionários, aposentados e pensionistas) é que nos levou a lançar um novo produto de empréstimo pessoal.

No meu entender, o ideal é que se conquiste a isenção, a exemplo da Cecemef (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás), o que ainda não foi possível.

Atenciosamente,

Alzira Silva de Souza

Diretora Ouvidora



ANO XVIII, Nº 89 - ABRIL DE 2009

Publicação da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

Rua Mena Barreto, nº 143/6º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22271-100
Central de relacionamento com o participante
0800-282-6800

Fax: (21) 2286-5995
E-mail: comunic@frg.com.br
Tel.: 2528-6893
Tiragem: 12.500 exemplares
Distribuição gratuita.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

Diretoria Executiva

Diretor Presidente
Sérgio Wilson Ferraz Fontes
Diretor de Administração e Finanças
Celso Antonio Guimarães

Diretor de Investimentos
Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira
Diretora Ouvidora
Alzira Silva de Souza
Diretor de Seguridade
Roberto de Carvalho Panisset

Patrocinadoras: Furnas Centrais Elétricas S.A./Eletrobrás Termonuclear S.A. Eletrouclear/ Fundação Real Grandeza

Gerência de Comunicação da Fundação REAL GRANDEZA

Gerente
Luciano Frucht Coordenação editorial e redação
Elo Digitação e Comunicação/Elane Maciel

Consultora
Cláudia Bensimon Edição de Arte
João Carlos Guedes

Comunicação Interna
Margaret Yparraguirre Capa
Cláudio Duarte
Valéria Paim Distribuição
Daniela Valle (internet/intranet) **Gerência de Administração e Serviços (GAS)**
Daniela Henriques (secretária)

As matérias desse periódico têm caráter meramente informativo, não gerando quaisquer direitos ou obrigações.

Dia da Mulher

Adriana Lorete



Em 27 de março, a Real Grandeza festejou o Dia da Mulher no auditório de Furnas, evento organizado em parceria com a Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletrouclear (CAEFE). A platéia vibrou com o grupo teatral Real em Cena ao apresentar a peça “A Festa de Suelen”. Além disso, houve palestra sobre a emancipação da mulher, feita pela assistente social Isabel Lopes Monteiro, e distribuição de lembrancinhas para as mulheres presentes, produzidas no Projeto Costurando Ideais, da Comunidade Santa Marta. A diretora Ouvidora da FRG, Alzira Silva de Souza, abriu o encontro saudando as mulheres e logo a seguir falaram os diretores da CAEFE, Francisco França Venâncio Braga e Attila de Castro Filho.

Plano CD

Redução das taxas de administração e de risco

O cálculo da taxa de administração do Plano CD com base no orçamento real de despesas resultou, pelo quarto ano consecutivo, em redução do percentual descontado dos participantes em 2009. Este ano, a taxa de administração é de 11,76% sobre a contribuição básica do Plano CD, em vez dos 13,90% praticados em 2008. Há sete anos, quando foi criado o Plano CD, instituiu-se a taxa de administração de 18%, cobrada sem revisão durante quatro anos. Em 2006, a Real Grandeza, pela primeira vez, passou a fazer os cálculos com base no orçamento real de despesas e o valor da taxa foi revisto. De lá pra cá, trabalhando com orçamento cada vez mais enxuto, a taxa vem caindo.

O percentual da contribuição específica, chamada taxa de risco, uma espécie de seguro para cobertura de invalidez e pensão por morte, em 2009 é de 0,71%, contra 0,85% do ano passado, percentual cobrado sobre o salário de contribuição do participante. A queda da taxa é decorrente do atual perfil dos participantes do Plano.



Jumbão

Desde o dia 23 de março está suspensa a concessão e novação de empréstimos (Jumbão) a participantes e assistidos do Plano CD. A decisão é da Diretoria Executiva e visa a atender a Resolução nº 3.456 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que estabelece limites de acordo com o percentual disponível de recursos garantidores em cada plano. A Real Grandeza também estuda uma revisão dos limites e tetos com o objetivo de atender um número maior de participantes e assistidos que recorrem ao Jumbão.

Esgotar teto da contribuição básica é mais vantajoso que fazer contribuição voluntária

A Real Grandeza identificou entre filia-dos ao Plano CD alguns participantes que fazem contribuições voluntárias antes de esgotar o teto máximo de contribuição básica (2% obrigatórios mais 4,5% a 10% do salário acima de 7 URs – R\$ 1.693,30 –, conforme item 5.1.1 do Regulamento do Plano CD) deixando, portanto, de se beneficiar da contrapartida da patrocinadora, já que a contribuição voluntária não prevê que esse aporte seja feito. Aqueles que se encontram nessa situação devem aguardar até outubro, período em que é possível alterar os percentuais de desconto.

O Plano CD tem 2.068 participantes e somente 60% descontam o percentual máximo na contribuição básica. É bom lembrar a importância dessa contribuição,

que se reflete no valor do benefício na aposentadoria normal porque é calculada em função do saldo da conta do participante, e, no caso de invalidez ou pensão por morte além do saldo da conta há também o cálculo do saldo projetado. Em ambos os casos, o benefício é calculado levando-se em consideração o chamado saldo projetado (item 2.35 do Regulamento do Plano CD) que é o montante a ser adicionado ao saldo de conta do participante para melhorar o benefício de pensão ou invalidez.

Além disso, as contribuições podem ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda, até o limite de 12% do total de rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos.

Investimentos

Foco na segurança

Políticas para 2009 reforçam prioridade na aquisição de títulos públicos. Expectativa é bater metas atuariais com a rentabilidade desses papéis

Em dezembro, durante a crise financeira que atingiu os mercados no mundo todo, o Conselho Deliberativo da Real Grandeza aprovou as Políticas de Investimentos da entidade para 2009, elaboradas para um horizonte de cinco anos. Em função do conservadorismo que norteia a atual gestão dos investimentos, foram poucas as mudanças feitas em relação às Políticas de Investimentos do ano anterior. Todos os limites máximos de alocação de recursos, por exemplo, foram mantidos. Uma das poucas alterações realizadas foi a redução, no Plano BD, de 21% para 16% do percentual de alocação estratégica em Renda Variável, que representa o objetivo de aplicação de recursos nesse segmento no longo prazo.

Ainda no caso do Plano BD, foi definida uma carteira de *hedge* (proteção) atuarial, que é uma carteira de títulos públicos federais cuja composição atenderá, de acordo com as projeções realizadas, as necessidades do passivo atuarial (pagamento de benefícios complementares de aposentadorias e pensões) do plano a longo prazo. Essa decisão resultará em um alongamento ainda maior dos prazos dos títulos que fazem parte da carteira de investimentos do Plano BD, já que a recomendação é adquirir títulos públicos federais com vencimentos a partir de 2031.

Também houve mudança no índice de referência (*benchmark*) das Carteiras de Renda Variável, que deixou de ser o IBRX-50 (formado pelas 50 ações mais negociadas na Bolsa de Valores) e passou a ser o IBRX (índice que abrange os 100 papéis mais negociados na Bolsa). Outra modificação foi a exclusão das Cédulas de Crédito Bancário (CCB) da relação dos ativos elegíveis da Real Grandeza. Por último, foi criada uma Política de Investimentos específica para o Programa Administrativo, composto por recursos administrativos da Real Grandeza, que veio se somar às outras três Políticas de Investimentos já existentes, as do Plano BD, do Plano CD e dos Fundos Assistenciais (que inclui os recursos do Plames).

Cabe informar que todas as Políticas de Investimentos estão disponíveis para consulta no site da Real Grandeza na Internet (<http://www.frg.com.br>).

Alocação de recursos dos Planos BD e CD

Para a elaboração das Políticas de Investimentos dos Planos BD e CD, a Real Grandeza continua se valendo dos estudos de ALM, *Asset Liability Management* (casamento de ativos e



passivos), que têm como objetivo permitir que a gestão dos investimentos seja feita levando em consideração os fluxos projetados de compromissos com o pagamento de benefícios. Os resultados desses estudos mais uma vez serviram de base para definir as alocações estratégicas de recursos em Renda Fixa e em Renda Variável tanto para o Plano BD quanto para o Plano CD. Em outras palavras, esses estudos fundamentaram a definição dos objetivos de alocação de recursos para o longo prazo nesses segmentos de investimentos. Apesar de os estudos de ALM terem sido concluídos em novembro de 2008 (já considerando, portanto, o cenário da crise financeira), seus resultados não apontaram a necessidade de alterações significativas nos níveis de alocação de recursos dos planos. No Plano BD, o nível de alocação estratégica em Renda Variável caiu de 21% para 16%, percentual muito próximo do que já era praticado pela Real Grandeza no final de 2008, já que, em dezembro, 14,9% dos recursos do Plano BD estavam aplicados em ações. Entretanto, continua valendo o limite máximo de aplicação de 27% dos recursos em Renda Variável. Isso quer dizer que o Comitê de Investimentos da Real Grandeza (CIRG), órgão que define mensalmente os níveis de alocação de recursos, pode aprovar, em determinados períodos, tanto a redução como a elevação da posição em ações para o nível máximo permitido, com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

No caso do Plano CD, a alocação estratégica em Renda Variável foi mantida em 28%. Este nível maior em relação ao do Plano BD é justificado pelo fato de o Plano CD ter uma massa de participantes com idade média inferior à do Plano BD.

Alongamento da Carteira de Investimentos

A Política de Investimentos do Plano BD definiu uma carteira de *hedge* atuarial, que recomenda que aproximadamente 90% da carteira de títulos públicos federais desse plano, que era de R\$ 4,3 bilhões em dezembro, sejam alocados em papéis com vencimentos de 2031 em diante. Segundo as estimativas do estudo de ALM, essa carteira – mesmo desconsiderando os investimentos em Renda Variável, Imóveis e Empréstimos a Participantes – deverá ser

a e no longo prazo



suficiente para cobrir todas as necessidades atuariais do Plano BD. Cabe destacar que a carteira de títulos públicos federais da Real Grandeza no final de 2008 já era muito semelhante à carteira de *hedge* atuarial.

Índice de Referência (*benchmark*) em Renda Variável

As Políticas de Investimentos para 2009 dos Planos BD e CD instituíram também um novo índice de referência para a Renda Variável: sai o IBrX-50 e entra o IBrX. Alguns fatores foram responsáveis por essa mudança. O principal deles é o fato de o novo índice ser mais usado do que o índice anterior como referência por outros fundos de pensão e pelo mercado de uma forma geral. Pesquisa sobre fundos de pensão apontou que 67% adotavam o IBrX como referência em Renda Variável, contra apenas 11% que utilizavam o IBrX-50. Com isso, será possível ampliar a amostra de fundos utilizada para avaliar a

performance dos investimentos da Real Grandeza. Outro fator que motivou a alteração foi a maior diversificação do IBrX, que é menos concentrado nos três principais setores da economia (energia, telecomunicações e petróleo) do que o IBrX-50.

Cédulas de Crédito Bancário

Outra alteração merecedora de registro foi a exclusão das Cédulas de Crédito Bancário (CCB) da relação dos ativos que podem ser adquiridos pela Real Grandeza, já que se trata de uma estrutura de investimento que envolve mais riscos do que outras disponíveis no mercado. Com isso, as Políticas de Investimentos formalizam uma prática já adotada, uma vez que a Fundação nunca chegou a comprar esse tipo de papel.

Quatro Políticas de Investimentos

Desde 2006, a Real Grandeza elabora Políticas de Investimentos diferenciadas para os Planos BD e CD e para os Fundos Assistenciais. Para 2009, a Real Grandeza, atendendo recomendação feita por seu Conselho Fiscal, passou a definir uma Política de Investimentos específica para o Programa Administrativo, que contempla recursos administrativos dos planos de benefícios, bem como dos Fundos Assistenciais. A vantagem de ter essa política exclusiva é dar mais transparência na gestão dos cerca de R\$ 7 milhões que fazem parte do Programa.

Assim como a Política de Investimentos dos Fundos Assistenciais, que são formados por recursos do Plames, o Programa Administrativo só pode ter aplicações financeiras em papéis de Renda Fixa.

Informamos que todas as Políticas de Investimentos foram enviadas aos filiados, por exigência legal, e estão disponíveis para consulta no site www.frg.com.br.

Rentabilidade do trimestre supera meta atuarial

Os investimentos da Real Grandeza tiveram boa rentabilidade no primeiro trimestre de 2009, ultrapassando as metas atuariais para o período. O Plano BD rendeu 4,2%, para meta atuarial de 2,6% (INPC mais 6% a.a.). No Plano CD a rentabilidade atingiu 4,8%, ante a meta atuarial de 0,5% (IGP-DI mais 6% a.a.).

O desempenho pode ser atribuído, em grande parte, aos rendimentos da carteira de Renda Fixa — em especial dos títulos públicos atrelados ao IPCA com vencimentos de longo prazo —, que obteve rentabilidade positiva, assegurando ganhos à Real Grandeza, que mantém 75,2% dos seus recursos aplicados em títulos públicos federais.

Os sinais de reação começaram a ser sentidos em novembro de 2008, quando a FRG, aproveitando oportunidade de mercado — alta momentânea das taxas de juros — adquiriu títulos públicos federais de longo prazo, alongando ainda mais a sua carteira. Naquela ocasião de falta de liquidez, estes pa-

péis estavam sendo ofertados no mercado com juros atraentes, superiores a 8%, mais a variação do IPCA. Ao todo foram aplicados R\$ 1,7 bilhão entre a aquisição de novos títulos e a substituição de outros com prazos de vencimento mais curto pelos de longo prazo.

Como na sequência houve sucessivas reduções nas taxas de juros, foi possível obter ganhos significativos decorrentes da compra daqueles papéis. E o mais importante: sem exposição a risco. Essa estratégia, recomendada por especialistas levou o Plano BD da Real Grandeza a sair de um superávit acumulado de R\$ 780 milhões em outubro de 2008 para alcançar R\$ 1,17 bilhão em março de 2009.

O cenário econômico ainda é de incerteza, mas a Bolsa de Valores brasileira também vem recuperando o fôlego. Registrou no primeiro trimestre sensível elevação, alcançando valorização de 10,1%, com algum reflexo nos resultados do período.

REVISÃO DOS BENEFÍCIOS - URV

O Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a revisão dos benefícios concedidos pela Real Grandeza entre 1º de março de 1994 e 28 de fevereiro de 1997, mediante assinatura de um Termo de Acordo ou Termo de Transação Judicial, conforme o caso.

Tal revisão consiste em recalculer o salário real do benefício original (média dos 36 últimos salários) mediante a inclusão, nos fatores de correção dos salários reais de contribuição anteriores a março de 1994, do percentual de 39,67%, referente ao Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM do mês de fevereiro de 1994, observando-se as disposições do regulamento vigente.

Sendo assim, a Real Grandeza enviará, no mês de maio de 2009, uma prévia do cálculo, acompanhada dos respectivos Termos de Acordo e Transação Judicial, para todos os assistidos com benefícios concedidos no período anteriormente referido.

A revisão e o pagamento do benefício reajustado e das diferenças dos atrasados (abril de 2004 a março de 2009), que será efetuado em parcela única, ficarão condicionados à entrega do Termo de Acordo na FRG ou à publicação da homologação do Termo de Transação Judicial, no caso dos assistidos que estão com processo judicial em curso.

Para os assistidos que entregarem os Termos de Acordo ou Transação Judicial até 31/07/2009 ficarão mantidas as condições estipuladas nos demonstrativos encaminhados no mês de maio de 2009. Para os acordos protocolados ou homologados posteriormente a esta data, a apuração do montante relativo à majoração do benefício observará o prazo prescricional de 5 (cinco) anos a contar da data da entrega dos Termos ou da publicação da homologação do Termo de Transação Judicial.

DEPENDENTES UNIVERSITÁRIOS

Para atender a legislação, a Diretoria de Seguridade verificou informações sobre todos os dependentes que estavam cadastrados como universitários. Foram identificadas 74 pessoas que já não estavam mais cursando estabelecimento de ensino superior, mas continuavam na condição de dependente universitário.

O processo se desenrolou em duas etapas. Na primeira, foram encaminhadas cartas simples para os titulares dos 2.513 dependentes universitários, solicitando a comprovação da situação escolar. Na segunda, a Real Grandeza enviou cartas com Aviso de Recebimento (AR) para os titulares dos 789 titulares que não atenderam a primeira solicitação. Desse total, 418 continuam sem entregar os comprovantes, motivo pelo qual perderão a condição de dependente universitário.

PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA

Em cumprimento à Instrução Normativa 26, a Diretoria de Seguridade encaminhou carta para todos os filiados solicitando informações sobre a condição de pessoa politicamente exposta. Trata-se de uma medida adotada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que visa à proteção dos Fundos de Pensões, que são um patrimônio dos trabalhadores das respectivas patrocinadoras. Todos os filiados devem entregar a declaração para que seja registrada na base de dados do Cadastro da Real Grandeza.

Sistema será reestruturado

A Diretoria de Seguridade iniciou o processo de reestruturação do setor de cadastro, passo fundamental para melhorar a comunicação com os filiados, dar mais consistência às informações e permitir a atualização dos dados bancários com segurança pela Internet. Depois de analisar cinco propostas de consultorias diferentes, decidiu-se pela contratação da Intelligere Improving Capabilities, que deverá, até o fim do primeiro semestre, analisar a estrutura funcional, mapear processos, identificar oportunidade de melhorias, apontar riscos e recomendar Plano de Ação.

O objetivo é propor normas para regular os procedimentos cadastrais, criar manual de operações, especificar as necessidades de investimento em informática e estabelecer a infraestrutura necessária para o funcionamento do cadastro, incluindo o quadro de pessoal. De posse dessas informações, será possível elaborar um relatório que servirá de parâmetro para contratação de empresa de tecnologia da informação encarregada de desenvolver e acompanhar o novo Sistema de Cadastro.

O primeiro passo aconteceu em fevereiro quando a Intelligere reuniu, durante quatro manhãs, usuários que dependem diretamente do cadastro (gerências de Saúde, de Relacionamento com o Participante, Financeira e de Benefícios Previdenciários), no total de 18 pessoas, para dar início ao treinamento. A consultoria apresentou a metodologia a ser aplicada, explicou o que se pretende e como cada um participará do projeto.

A próxima fase do projeto se iniciará no segundo semestre, quando a Intelligere entrevistará um a um os atendentes da Gerência de Relacionamento com o Participante, inclusive os representantes regionais. Após a reestruturação, a Diretoria de Seguridade realizará encontro com todos os atendentes a fim de apresentá-los ao novo sistema e prepará-los para o recadastramento, que deverá ser geral. A partir daí, os filiados serão recadastrados a cada dois anos.

Grupo de trabalho

Além da empresa de consultoria Intelligere, o trabalho de reestruturação do cadastro conta com o apoio do grupo formado por José Hilton Martins Mariano (coordenador); Flávia Carvalho Pinto, gerente de Relacionamento com o Participante; Andréa Nicoletti Jaguaribe, gerente de Saúde; Guiomar Praun, gerente de Benefícios Previdenciários; Adriana Gautê Cavalcante, gerente de Estatística e Atuária; Ana Paula Larini, gerente de Teleinformática e Sergio Botto da Cunha Filho, da área de Controles Internos.

Foco no aprimoramento de serviços

Fundação inicia processo de avaliação de desempenho, reforça o treinamento e os valores que devem nortear o relacionamento com filiados

A diretoria de Administração e Finanças, por meio da Gerência de Recursos Humanos, vem trabalhando no aprimoramento dos processos de gestão a fim de prestar melhores serviços a assistidos e participantes. Tanto assim que, em 2008, uma das questões abordadas em treinamento aos empregados e reuniões gerenciais no módulo Gestão de Desempenho foi o valor RESPEITO, que engloba as questões de integridade, solidariedade, preservação dos direitos dos assistidos e participantes, proteção ao patrimônio da empresa e responsabilidade socioambiental. Foi desenvolvido também o Modelo Gestor em outros módulos que tiveram como foco meta e habilidade.

Depois do treinamento foi realizada uma avaliação de desempenho, etapa preliminar para fazer a avaliação por competência, que busca padronizar a avaliação dos gestores e orientar o empregado a se alinhar ao foco da empresa: a busca por resultados. Esta avaliação resulta em relatórios que subsidiam a gestão por resultados. "O nosso objetivo é ter no quadro da FRG pessoas – e talentos – comprometidas, com capacidade de entrega e que tenham em sua formação como valor essencial o Respeito. Vamos defender o nosso patrimônio com essa consciência", explica Celso Antonio Guimarães, diretor de Administração e Finanças, lembrando que o processo de sedimentação dos resultados obtidos ano passado se dará em 2009.

IR Abono Anual

Em relação à questão da tributação do Abono Anual, objeto de matéria veiculada no Jornal da Real Grandeza número 86, esclarecemos que para os assistidos que possuem ações judiciais nas quais é discutida a bitributação, a FRG – seguindo orientação de sua consultoria jurídica tributária – informou ao juiz, em cada uma das demandas judiciais, os valores recolhidos a maior em julho de 2008. Registrando também as razões (alteração do entendimento da matéria pela Receita Federal) que levaram a entidade a modificar o critério de tributação do Abono Anual.

A luta dos participantes e a ANAPAR

Entre os dias 25 e 27 de março, aconteceram o X Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR) e o VI Encontro de Dirigentes Eleitos, nos quais a Real Grandeza foi representada pela diretoria de Seguridade, através de seu diretor e assistente, e de delegados enviados pelas entidades sindicais da base dos participantes (SINERGIA-SP, SINERGIA-DF e SINDIELETRO-MG).

Foi um congresso muito proveitoso e com discussões profundas sobre temas do sistema de previdência complementar.

Dentre os temas, citamos as mudanças nos procedimentos contábeis das entidades através da nova Planificação Contábil, que irá trazer maior transparência na gestão dos fundos de pensão, e a destinação do superávit pelas patrocinadoras, buscando meios para barrar possíveis apropriações ilegítimas de recursos.

Foram abordadas as questões das fusões, cisões e incorporações de empresas e sua conseqüente transferência de patrocinadora, as alterações dos planos de previdência e até a retirada de patrocínio.

O panorama da economia mundial e seus reflexos para os trabalhadores foi o tema da palestra do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A crise econômica e os Fundos de Pensão: riscos, controles e oportunidades, foi o assunto abordado pelo DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Discutiu-se sobre a previdência pública; panorama e alterações na legislação e as perspectivas, instituidores e órgãos e reguladores na Previdência Complementar e a criação da PREVIC, Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Informei ao Secretário-Adjunto da Secretaria de Previdência Complementar, Carlos de Paula, que, desde junho de 2008, data em que os Regulamentos dos Planos Previdenciários foram enviados a Furnas pela FRG, ainda aguardamos pronunciamento formal da patrocinadora sobre o assunto, de modo a que possa ser discutido no âmbito da Diretoria Colegiada, para análise e aprovação, condição essencial para que os participantes possam usufruir das facilidades incorporadas pelos novos Regulamentos.

Apresentei juntamente com nossa delegação, moção de total apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da Real Grandeza, que de forma firme e inequívoca mantiveram-se unidos em defesa da Fundação, com o apoio das entidades sindicais e associações, bem como de repúdio aos ataques sofridos pelo Fundo, no sentido de substituir o Diretor Presidente e o Diretor de Investimentos, aprovada por todos os congressistas.

Nesse sentido reitero meu compromisso em defesa intransigente dos direitos dos participantes e assistidos.

Plames

Confira as tabelas de reajuste

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza aprovou um reajuste linear médio de 15,58% nas mensalidades dos assistidos e agregados do Plames. Para os ativos, o reajuste linear médio foi de 10%. O mês de competência para o reajuste passou a ser abril, com desconto no contracheque de março.

Beneficiários das faixas etárias de 24 a 28 anos, 34 a 38 anos, 44 a 48 anos, 54 a 58 anos – que até então possuíam valores de mensalidade idênticos às faixas de 19 a 23 anos, 29 a 33 anos, 39 a 43 anos e 49 a 53 anos, respectivamente – terão agora seus valores calculados de forma independente, conforme as práticas dos planos de mercado e tabelas apresentadas pelo Real Grandeza Informa nº 253. Até o ano passado, o Plames não levava em consideração a mudança de faixa, que acontece de cinco em cinco anos, deixando de aplicar o percentual extra. Com isso havia uma grande distorção porque só se reajustava os preços das mensalidades de acordo com as faixas de 10 em 10 anos.

O reajuste nesses patamares se fez necessário para manter o equilíbrio financeiro do Plames, em função dos crescentes custos das despesas médicas, ambulatoriais e hospitalares, bem como do aumento do uso do plano. Somente as despesas com exames representaram 13% dos gastos e tiveram um crescimento de 66,79% em relação ao ano anterior. Por essas razões, foram utilizados recursos adicionais do Fundo Especial do Plames (FESP), possibilitando minimizar o impacto do reajuste real necessário, que seria de 65,62%.

Alteração na co-participação

Além disso, para reduzir e manter as despesas sob controle, o Conselho determinou a imediata adoção da seguinte medida:

- **Como era antes:** em exames que custam até 385 CHs (atualmente equivalentes a R\$ 154,00), o beneficiário participa com o percentual de 15% e sobre o valor excedente incidem 10%.
- **Como ficou:** para exames realizados a partir do dia 01.04.2009 a co-participação é de 30% limitada a R\$ 100,00 por exame. Os demais percentuais de co-participação permanecem inalterados, ou seja: consultas – 30% e tratamentos seriados – 20%.

TABELAS DE MENSALIDADES (R\$)

Em vigor a partir de março de 2009

GRUPO A – ATIVOS E EQUIPARADOS

(Empregados das patrocinadoras, aposentados por invalidez, incentivados e dependentes)

| FAIXA ETÁRIA | PLANOS | | | |
|--------------|--------|----------|-----------|----------------|
| ANOS | BÁSICO | ESPECIAL | EXECUTIVO | EXECUTIVO PLUS |
| 0 a 18 | - | - | 10,87 | 17,83 |
| 19 a 23 | - | - | 13,87 | 22,76 |
| 24 a 28 | - | - | 16,06 | 26,35 |
| 29 a 33 | - | - | 18,59 | 30,50 |
| 34 a 38 | - | - | 22,31 | 36,60 |
| 39 a 43 | - | - | 26,77 | 43,92 |
| 44 a 48 | - | - | 32,16 | 52,77 |
| 49 a 53 | - | - | 38,64 | 63,40 |
| 54 a 58 | - | - | 50,19 | 82,34 |
| 59 ou mais | - | - | 65,19 | 106,94 |

GRUPO B – ASSISTIDOS E EQUIPARADOS

(Aposentados, vinculados, transitórios, pensionistas, vestings e dependentes)

| FAIXA ETÁRIA | PLANOS | | | |
|--------------|--------|----------|-----------|----------------|
| ANOS | BÁSICO | ESPECIAL | EXECUTIVO | EXECUTIVO PLUS |
| 0 a 18 | 15,13 | 45,13 | 131,29 | 149,51 |
| 19 a 23 | 19,31 | 57,60 | 167,57 | 190,82 |
| 24 a 28 | 22,35 | 66,68 | 193,98 | 220,89 |
| 29 a 33 | 25,87 | 77,19 | 224,55 | 255,70 |
| 34 a 38 | 31,05 | 92,64 | 269,48 | 306,87 |
| 39 a 43 | 37,26 | 111,18 | 323,40 | 368,27 |
| 44 a 48 | 44,77 | 133,58 | 388,57 | 442,48 |
| 49 a 53 | 53,79 | 160,50 | 466,87 | 531,64 |
| 54 a 58 | 69,86 | 208,46 | 606,37 | 690,49 |
| 59 ou mais | 90,73 | 270,75 | 787,55 | 896,81 |

GRUPO C – USUÁRIOS INDEPENDENTES

(Agregados – Vide tabela do Grupo D)

(Pensionista e Dependente – Vide tabela do Grupo B)

GRUPO D - AGREGADOS

| FAIXA ETÁRIA | PLANOS | | | |
|--------------|--------|----------|-----------|----------------|
| ANOS | BÁSICO | ESPECIAL | EXECUTIVO | EXECUTIVO PLUS |
| 0 a 18 | 29,29 | 63,08 | 172,05 | 196,94 |
| 19 a 23 | 37,38 | 80,51 | 219,59 | 251,35 |
| 24 a 28 | 43,27 | 93,20 | 254,20 | 290,96 |
| 29 a 33 | 50,09 | 107,89 | 294,26 | 336,82 |
| 34 a 38 | 60,11 | 129,48 | 353,14 | 404,22 |
| 39 a 43 | 72,14 | 155,39 | 423,80 | 485,10 |
| 44 a 48 | 86,68 | 186,70 | 509,20 | 582,85 |
| 49 a 53 | 104,15 | 224,32 | 611,80 | 700,29 |
| 54 a 58 | 135,27 | 291,35 | 794,61 | 909,54 |
| 59 ou mais | 175,69 | 378,41 | 1.032,04 | 1.181,31 |